



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

**Reunião da Comissão de Constituição e Justiça – Comissão de Finanças e Orçamento**

Em dez de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sala de reuniões da Câmara Municipal de Diamantino, nos termos do artigo 69, Inciso I, do Regimento Interno que confere à Comissão de Justiça a competência da Comissão de Constituição e Justiça a opinarem sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos, para efeito de admissibilidade e tramitação e Inciso II da Comissão de Finanças e Orçamento: opinar sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou, a receita do município, ou, acarretem responsabilidades para o Erário Municipal; opinar sobre a proposta orçamentária do Município, sugerindo ou promovendo as modificações necessárias e sobre as Emendas que lhe forem apresentadas; opinar sobre as proposições que fixarem a remuneração dos funcionários e servidores municipais; elaborar a redação final do projeto de Lei Orçamentária; elaborar Projetos de Decreto Legislativo sobre os vencimentos do Prefeito e do Vice Prefeito; elaborar Projetos de resolução que disponha sobre a remuneração dos Vereadores; elaborar Projetos de Decreto Legislativo ou Projetos de Resolução à vista do Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara respectivamente e e em consonância com o artigo 55 e seus parágrafos §3º - O prazo para a Comissão exarar parecer será de 15 (quinze) dias, a contar da data em que o processo tenha sido colocado à disposição do Presidente da Comissão. §4º - O Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de 02 (dois) dias para designar o relator, a contar da data em que o processo tenha sido colocado à disposição. §5º - O relator designado terá o prazo de 07 (sete) dias para a apresentação do parecer. §6º - Exarado o parecer pelo relator, a Secretaria Legislativa encaminhará o processo, imediatamente, ao membro seguinte, obedecida à ordem de constituição da Comissão. §7º - Findo o prazo, sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o parecer. E para dar celeridade ao processo as Comissões se uniram para emitir relatório e parecer em conjunto da matéria legislativa na pauta. E por assim decidirem a Comissão de Constituição e Justiça *designa para a relatoria a senhora Michele Cristina Carrasco Mauriz – Vereadora/União*, e a Comissão de Finanças e Orçamento *designa para a relatoria o senhor Edson da Silva – Vereadora/MDB* Inicia a leitura do Projeto em pauta:

**PLL 20/2025 - Projeto de Lei Legislativo**

Ementa: Altera a Lei Municipal Ordinária nº 1.635/2025, e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora biênio 2025/2026.

Na tratativa, analisou que cumpriu todas as formalidades exigidas.

**Decisão da Comissão: Emitir Parecer.**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

Nada mais a constar encerra a presente reunião.

Comissão de Constituição e Justiça Relatora/Presidente:

**Michele Cristina Carrasco Mauriz - Vereadora/União**

Comissão de Finanças e Orçamento Presidente:

**Edson da Silva - Vereador/MDB**

**Comissão de Constituição e Justiça**

Vice-Presidente: Augusto Borges Casetta Ferreira - Vereador/MDB

Membro: Alex Rupolo - Vereador/PL

**Comissão de Finanças e Orçamento**

Vice Presidente: Eraldes Catarino de Campos - Vereador/PSD

Membro: Gonçalves da Costa Souza - Vereadora/PSD